

P  
Consulex: R Jurd  
v.9/n.206  
2005

REVISTA JURÍDICA

ANO IX - Nº 206  
15 DE AGOSTO DE 2005

consulex®

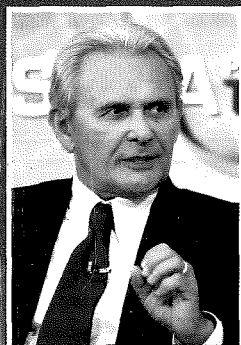
WWW.CONSULEX.COM.BR

EVERALDO G...  
NOVA ESTRUTURA

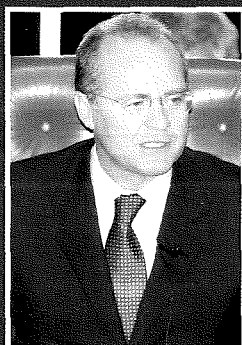
R\$ 15,75  
ISSN 1519-8065  
97715198060011



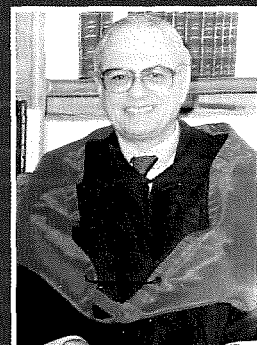
# A CRISE POLÍTICA E A JUSTIÇA ELEITORAL



**EDSON VIDIGAL**  
alerta para o fato de  
que a informação sem  
censura propicia a  
coesão nacional em  
meio às crises.  
E que, obrigar o  
repórter a revelar sua  
fonte, é frustrar o  
direito da cidadania à  
verdadeira informação.



**RENAN CALHEIROS**  
elucida pontos  
controversos da  
proposta de emenda  
constitucional, em  
trâmite no Senado  
Federal, que amplia  
o limite de idade para  
a aposentadoria  
compulsória dos  
servidores públicos.



**ARNOLDO WALD**  
lembra que é preciso  
construir uma nova  
dogmática jurídica  
acerca do contrato e  
da responsabilidade  
civil, mediante a  
adoção de fórmulas  
equitativas que  
garantam a justiça.

**SERGIO FERNANDO MORO: JUSTIÇA CRIMINAL EM RISCO**



VALTER CAMPANATO

# **COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL**

## **EM FACE DE CRIMES ELEITORAIS E COMUNS CONEXOS**

O propósito deste estudo abreviado, em sede de direito processual, tem como tema único o enfoque jurídico da determinação, ou não, de competência da Justiça Eleitoral, em face de crimes eleitorais e comuns, havidos por conexos, para a denominada hipótese de “unidade de processo”, a conduzir um julgamento único, em decorrência das tipicidades legais.



Cumpre assinalar, de logo, que a análise aventada pelo presente trabalho não guarda considerações pontuais, não se afigurando acolhível abordagem específica de casos concretos, atuais ou não, a saber de questões travadas sob a égide de um plano fático em dependência de determinadas situações. Assim, por certo, tenha-se o limite do estudo aos precisos contornos temáticos que a doutrina e a jurisprudência orientam no trato subordinado da competência de jurisdição especial e no efeito de sua demarcação.

A operação lógica do estudo, de consequência, resume-se, por isso mesmo, a um trabalho de jurisprudência comentada, a partir de julgados paradigmas dos nossos tribunais.

### CRIMES ELEITORAIS E COMUNS: CONSUNÇÃO E CONCURSO

Indiscutivelmente, nada impede que a afronta à legislação eleitoral revele-se acompanhada da prática de vários dos tipos penais previstos na legislação penal comum.

A questão suscitada por vezes desperta o tema do conflito aparente de normas, a envolver crime eleitoral e outros tipos penais.

Na hipótese do conflito aparente de leis, há normas que possuem destinação clara, mas que são exteriormente semelhantes. Tanto é assim que o renomado Guilherme de Souza Nucci denomina o tema como “mera ilusão de conflito”, no seu *Código Penal Comentado* (4. ed., 2003, Revista dos Tribunais, p. 87).

Questiona-se a respeito da aplicação do critério da absorção ou consunção quando o fato previsto numa lei está igualmente abrangido por outra norma de maior amplitude, o que implicaria aplicação da última. Assim, a infração prevista na primeira norma constituiria mera etapa na efetivação da segunda conduta típica, que estaria estabelecida em dispositivo diverso, tal como se fosse um crime progressivo.

Por vezes, entretanto, a jurisprudência brasileira tem rejeitado a tese da consunção, após reconhecer que, na hipótese concreta, não há um crime-meio visando a consecução de um crime-fim, mas hipótese de crimes distintos, em concurso material ou formal.

As hipóteses de conexão entre crime eleitoral e outro delito previsto no Código Penal ou em leis especiais, não raro alinham a figura do concurso material – quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido, tal como dispõe o artigo 69 do Código Penal. O caso concreto, entretanto, poderá traduzir a existência de concurso formal quando, mediante uma só ação ou omissão, o agente pratica dois ou mais crimes, aplicando-se a pena mais grave acrescida de um sexto até a metade, conforme o artigo 70 da Lei Substantiva Penal.

Na prática, não raro se verifica o concurso entre crime eleitoral e crime comum, sobretudo quando se adentra a seara dos delitos eleitorais associados à prática de corrupção da máquina administrativa estatal, e, via de regra, além daqueles, costumam delinear-se crimes previstos no Código Penal e em leis penais especiais.

Formação de quadrilha (CP, art. 288), falsidade ideológica (CP, art. 299), peculato (CP, art. 312), corrupção passiva (CP, art. 317), prevaricação (CP, art. 319), condescendência criminoso (CP, art. 320), advocacia administrativa (CP, art. 321), tráfico de influência (CP, art. 332), corrupção ativa (CP, art. 333), supressão de documento (CP, art. 305), *lavagem* ou ocultação de dinheiro (art. 1º, V, VI e VII, da Lei nº 9.613/98), sonegação fiscal, mediante omissão de informação ou prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias (art. 1º, I, da Lei nº 8.137/99), e vários dos delitos previstos na Lei de Licitações, são algumas das infrações que, em geral, relacionam-se a crimes eleitorais.

Em exemplar trabalho sobre o abuso do poder político, o Professor Adilson de Abreu Dallari lembra que tais situações ocorrem na prática dos chamados atos políticos ou de governo, tendo como sujeitos agentes políticos do Executivo e do Legislativo. E professa: “Nesses últimos casos, algumas vezes a ilicitude está voltada para a obtenção de vantagens indevidas de ordem econômica, mas também ocorre, com demasiada frequência, motivada por propósitos partidários e especialmente eleitorais” (*Direito Eleitoral*, BH, 1996, Del Rey, p. 239).

À guisa de exemplo, sobreleva realçar que o crime de *lavagem* de capitais, previsto na Lei nº 9.613/98, delito acessório, é conseqüente a um delito anterior, a ele

conexo, configurando hipótese de concurso material. Se ao crime posterior houver a prática de infração eleitoral, estende-se a conexão a este último. Todavia, é preciso realçar a autonomia de jurisdição e de punibilidade entre o crime antecedente à *lavagem* de capitais (p. ex. tráfico de drogas no exterior, contrabando, de autoria conhecida ou não) e as ações penais a ele conexos.

Demais disso, não se olvide que os atos imputados podem estar também previstos, hipoteticamente, na Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa, sujeitando-se, sem prejuízo das sanções penais, a reprimendas políticas, civis e administrativas, tais como suspensão de direitos políticos, perda da função pública, perda de bens ou valores, ressarcimento ao erário, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios. É que certas condutas, que traduzem improbidade administrativa, também são tratadas pela norma penal.

Em real verdade, há estreita relação de vizinhança entre a infração penal e a improbidade administrativa, pois, em ambas as hipóteses, está presente o dolo, diferentemente do que ocorre com as demais infrações administrativas, nas quais a culpa é nota dominante.

Exatamente por isso é que houve acalorados debates no Superior Tribunal de Justiça quando se discutia a extensão, para os acusados de improbidade administrativa, do foro privilegiado por prerrogativa de função, estabelecido unicamente para os crimes. Prevaleceu o entendimento de que aquela Corte haveria de se submeter à regra estrita de competência constitucional, insuscetível de alargamento.

Importa lembrar ainda que improbidade e ilegalidade também não se confundem: a última consiste num ato ou ação que contrarie a lei; a improbidade corresponde à desonestidade, à devassidão, à má-fé, e, no Brasil, somente existe na forma dolosa.

Noutras palavras, pode ocorrer improbidade administrativa e crime eleitoral ou ilegalidade e crime eleitoral. Em quaisquer dessas situações, os atos reparatórios acontecerão em instâncias distintas, posto que os atos de improbidade administrativa são pertinentes ao Direito Administrativo, a vincular-se ao regime jurídico específico daquele ramo do Direito. ▷

## DA PREVALÊNCIA DA JURISDIÇÃO ESPECIAL

Havendo concurso de crimes e sendo eles conexos ou continentes (CPP, arts. 76 e 77), é recomendável que sejam reunidos em um só processo. Em consequência, poderá haver concurso de jurisdições, de modo que um foro deverá exercer a *vis atractiva* sobre todas as infrações, prorrogando-se a sua competência, salvo se, a despeito da conexão, haja motivo relevante que recomende a separação dos processos (CPP, art. 80).

No que tange à definição da competência para julgamento de crimes conexos, reunidos em um só processo, quando pelo menos um dos delitos é eleitoral,

ou pela conexão, ou pela continência probatória, para a jurisdição especial" (STF: RT 587/411), assim como o acórdão do Conflito de Competência nº 28.378-PA (STJ – 3ª Seção, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ de 27.11.00), segundo o qual, "ocorrendo crime eleitoral e comum (conexos), a competência para julgar ambos os delitos é da Justiça Eleitoral", figurado, ademais, em precedente, o Conflito de Competência nº 16.316-SP, que identicamente tramitou perante o STJ, tendo como Relator o Min. Felix Fischer, restando assim ementado: "Havendo conexão entre um crime eleitoral e outro comum, a Justiça Eleitoral, em princípio, julgará os dois delitos" (DJ de 26.05.97).

de processo e julgamento" (CC 19478/PR – Rel. Min. Fontes de Alencar – Terceira Seção – DJ 04.02.02 – p. 278).

A ressalva da prevalência da competência da Justiça Eleitoral quando a conexão havida envolva crime eleitoral e infração de competência da Justiça Federal de fato se justifica ante a sede constitucional da competência desta última (CF, art. 109). Do contrário, conforme pontifica o relator, a competência criminal da Justiça Federal desapareceria por força de lei ordinária – Código de Processo Penal –, o que seria inadmissível diante do preceito constitucional. O mesmo se diga quanto à competência por prerrogativa de função, identicamente definida na Constituição da República.

**"Questão ainda em debate e não pacificada na doutrina e na jurisprudência diz respeito à conexão entre crimes eleitorais e crimes de competência da Justiça Federal."**



JORGE CAMPOS

impõe-se reconhecer a prevalência da competência da Justiça Eleitoral.

Sem embargo, enquanto o Código Eleitoral estabelece no artigo 35 que "competete aos Juízes (...) II – processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais", o Código de Processo Penal, no mesmo sentido, preceitua: "Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: (...) IV – no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta".

À vista de tais dispositivos, a jurisprudência dos Tribunais Superiores tem decidido, de forma indiscrepante, ser da Justiça Eleitoral a competência para o julgamento dos crimes comuns conexos a delitos eleitorais, sendo ineludível considerar o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, para o qual "o fato de conter o processo também acusação por crime eleitoral é o quanto basta para deslocar-se a competência,

Nessa linha de orientação, pontifica o entendimento firmado pelo Ministro Eduardo Ribeiro, ao assinalar que "cabe à Justiça Eleitoral o julgamento dos crimes comuns, conexos com os eleitorais", tudo a teor dos artigos 35, II, e 364, do Código Eleitoral (TSE – HC nº 3.787/AM), ainda que se ache prescrita a punição quanto ao crime eleitoral, remanescendo a competência da Justiça Eleitoral para o crime comum (TSE – HC nº 325-SP, Rel. Min. Nilson Naves, DJ de 12.06.98).

Questão ainda em debate e não pacificada na doutrina e na jurisprudência diz respeito à conexão entre crimes eleitorais e crimes de competência da Justiça Federal.

Para Julio Fabbrini Mirabete, "(...) a competência da Justiça Eleitoral para julgar os crimes eleitorais prevalece com relação à Justiça Comum, federal ou estadual" (*Código de Processo Penal Interpretado*, 9. ed., São Paulo, Atlas, 2002, p. 315).

Para o Superior Tribunal de Justiça, todavia, "a conexão e a continência entre crime eleitoral e crime da competência da Justiça Federal não importa a unidade

## CONCLUSÃO

A conclusão a que se chega, portanto, é que, havendo conexão entre crimes eleitorais e crimes comuns, haverá prevalência da competência da Justiça Eleitoral, desde que para o julgamento de algum ou alguns dos crimes comuns não seja competente a Justiça Federal ou haja competência por prerrogativa de função, hipótese em que a competência originária fixada por regra constitucional, segundo o princípio do juiz natural, não pode ser alterada por força do instituto da conexão, instituído por lei ordinária, impondo-se a separação dos processos.

Finalmente, ressalve-se que, na hipótese da improbidade administrativa, não se aplica a regra da conexão, pelo simples motivo de que não estamos em seara penal.

**JONES FIGUEIRÊDO ALVES e OG FERNANDES** são Desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco e **MARIANA VARGAS CUNHA DE OLIVEIRA LIMA** é Juíza de Direito na Comarca de Olinda (PE).